



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO MAR, AGUAS INTERIORES E PESCAS

INTERVENÇÃO

De

S.Excia Lúcia Cardoso, Ministra do Mar, Aguas Interiores e Pescas de Moçambique

V REUNIÃO DE MINISTROS DOS ASSUNTOS DO MAR NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Sob o lema: Mobilizar Parcerias e Investimentos para o Desenvolvimento Sustentável dos Mares dos Estados Membros da CPLP- Desafios e oportunidades.

Luanda, 26 de Maio de 2022

**Sua Excia António Francisco de Assis,
Ministro da Agricultura e Pesca de Angola (nosso anfitrião),
Excelências Ministros Responsáveis pelos Assuntos do Mar na CPLP,
Excelências Secretários de Estado,
Excelências Embaixadores aqui presentes,
Distintos convidados,
Minhas Senhoras e Meus senhores,
Todo protocolo observado.**

É com elevada honra que, em nome do Governo de Moçambique, dirigirmo-nos a esta importante plateia por ocasião da V Reunião da CPLP que decorre em Luanda. Permitam-me deste já, agradecer ao Governo de Angola por acolher este evento, que é um marco importante na colaboração setorial para a materialização da visão de nossa comunidade da CPLP.

Consideramos que esta reunião, que se realiza sob o lema *Mobilizar Parcerias e Investimentos para o Desenvolvimento Sustentável dos Mares dos Estados Membros da CPLP- Desafios e oportunidades*, é bastante oportuna diante da dinâmica que tem caracterizado os assuntos do mar nos nossos países e a nível global, sendo, portanto, uma oportunidade para passarmos em revista os compromissos que em conjunto assumimos em prol do Oceano.

Como nações marítimas, unidas pela língua portuguesa e pelo Oceano global, cabe-nos maximizar este foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os nossos países Membros.

Tendo presente a referida dinâmica e o lapso de tempo do último encontro a presente reunião, gostaríamos de partilhar alguns avanços por parte de Moçambique, que, na essência, compõem o pacote de sucesso da CPLP.

Como sabem, Moçambique com cerca de 2700km na região do Oceano Índico Ocidental, é particularmente vulnerável aos impactos das alterações climáticas, que de forma cíclica tem assolado o país com ciclones, secas, inundações, que resultam em avultadas perdas humanas e materiais, daí o compromisso de Moçambique com a criação de resiliência costeira.

Os ecossistemas marinhos e biodiversidade de que país detêm, estão num estado de conservação crítico devido a práticas insustentáveis, o que tem requerido uma atenção especial por parte do Governo com vista a sua reabilitação e conservação.

Nesse contexto, o país que vêm reforçando o seu quadro político e legal sobre a governação do mar e assumiu compromissos importantes no âmbito da implementação do ODS14, com destaque para a aprovação de instrumentos como a Política e Estratégia do Mar (POLMAR) em 2017, cuja missão é promover o conhecimento e a utilização integrada e sustentável do mar, com base na ciência e nos princípios da economia azul, e para a nova Lei do Mar que estabelece a necessidade de adopção do ordenamento marítimo como instrumento de gestão na governação do mar.

Um dos mecanismos do governo para materialização da POLMAR, foi a criação do Fundo para desenvolvimento da Economia Azul, para de forma estruturada promover a inserção desta abordagem em todos os sectores económicos do país.

Esta abordagem de Economia azul, que essencialmente pretende potenciar o desenvolvimento do país com base no mar, através de soluções inovadores rumo ao desperdício zero, que para além de propiciar oceanos limpos, cria novos empregos com benefícios socioeconómicos particularmente para as comunidades costeiras. Para o efeito, o desenvolvimento da aquacultura é uma aposta do Governo de Moçambique.

Nesta senda, felicitamos a proposta do **Plano de Trabalho 2022-2024** com vista a materialização da **Estratégia da CLPL para o Oceano** o qual, entendemos que pode revitalizar o engajamento dos Estados Membros para através de partilha de experiências, enfrentar os desafios actuais comuns impostos seja pelas mudanças climáticas e ou pela acção humana.

Da referida Estratégia, destacamos as ações que visam abordar os riscos que assolam o Oceano, como o lixo marinho, particularmente o lixo plástico; a troca de informação em torno dos processos de extensão das plataformas continentais submetidos pelos países da CPLP nas Nações Unidas; a partilha de instrumentos político e legais nacionais sobre a governação do mar; o incremento da colaboração institucional académica, com ênfase para promoção da elevação da literacia sobre o mar capitalizando a língua comum, entre outras.

Para o efeito, no âmbito do movimento global para acelerar ODS14, Moçambique assumiu vários compromissos dentre os quais o aumento das Áreas de Marinha Protegidas (AMP); a reconstrução de mananciais pesqueiros e respetivos ecossistemas (com destaque para acções de restauração de 5 mil ha de mangal até 2022 - estando o país em cerca de 80% da meta do mangal, de aumento das Áreas Marinhas Protegidas tanto para meta 10% como a iniciava 30% até 2030; o combate a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada (Pesca INN), o combate ao lixo marinho e a elaboração do ordenamento marítimo

Diante da realidade da demanda crescente da utilização do mar para várias finalidades, particularmente as novas utilizações como a exploração de hidrocarbonetos em Moçambique, apraz-nos o facto de que desde 2021, o País passou a ter um instrumento para orientar uma utilização sustentável e elaborar

cenários que informam decisões atempadas para fortalecer a resiliência e adaptação climáticas: o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo – POEM.

Apesar dos desafios de coordenação intersetorial e da necessidade de reestruturação e reforço da capacidade institucional que devemos suprir, a base de dados da CPLP sobre o Oceano fica mais enriquecida com esta ferramenta que permite orientar o desenvolvimento e o investimento para almejada parceria público-privado no âmbito da economia azul.

Por outro lado, fruto também de parceria nacional e internacional, está em curso em Moçambique a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul que irá orientar o país na domesticação desta nova abordagem, que pretende ter nos oceanos a base para um desenvolvimento social, económico e ambientalmente sustentável.

Excelências

Minhas senhoras e meus senhores,

A pesca ilegal não-declarada e não regulamentada continua a ser um dos maiores males para a saúde do Oceano, com destaque para as redes fantasma e uso de artes nocivas ao meio marinho. Esta preocupação levou a SADC a criar o Centro Regional de Monitoria, Controlo e Vigilância da Pesca, cuja sede será hospedada por Moçambique, estando em curso o processo de conclusão das assinaturas da Carta que estabelece o Centro para sua entrada em vigor.

Este Centro, pretende contribuir para a maximização dos recursos humanos e materiais existentes na SADC através da troca de informação para uma intervenção atempada e concertada para deter e eliminar a pesca INN na região.

O acolhimento do Centro de Fiscalizada da Pesca da SADC traz responsabilidade acrescida a Moçambique para, de forma exemplar, combater este mal. Por isso, no âmbito do trabalho da plataforma regional de diálogo *Crescendo Azul* estabelecida por Moçambique para promover a utilização sustentável do Oceanos e a economia azul, os países da CPLP tiveram um momento para concertar em torno da Pesca INN durante a 2ª edição em Novembro de 2021.

A referida concertação serviu para consolidar a proposta de *Criação da Plataforma de Cooperação na Promoção da Pesca Sustentável e Combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada entre os Estados-Membros da CPLP*, que será debatida na presente reunião de ministros.

Nessa vertente, fóruns regionais como o *Crescendo Azul*, têm contribuído para promover a partilha do conhecimento, concertação e identificação de iniciativas conjuntas e sinergias para materialização das metas do ODS14.

A Conferencia Crescendo Azul é uma demonstração clara de que Moçambique, a pérola do Índico, está na rota global de promoção da governação Oceânica e desenvolvimento da economia azul e, pode ser parceiro estratégico para a região, para a CPLP e para o mundo nestas matérias.

Neste âmbito, Moçambique vai co-organizar com a República do Quênia, país que também tem estado a dinamizar a economia azul em África, um evento paralelo durante a 2ª Conferencia da ONU sobre Oceanos em Lisboa para divulgar as acções realizadas nos fóruns regionais organizados e o seu contributo na implementa de instrumentos orientadores da União Africana sobre o Oceano, como a Estratégia Marítima Integrada de África e a Estratégia Africana da Economia Azul rumo ao alcance da agenda 2030 da ONU, mobilizando parcerias para o efeito.

Assim, deixamos aqui o convite para se juntarem à Moçambique no dia 29 de Junho de 2022, a margem da 2ª Conferência de Oceanos em Lisboa, e gostaríamos de contar com o habitual apoio dos Estados da CPLP para juntos levarmos o testemunho dos esforços regionais em curso em África visando uma gestão integrada do Oceano e um desenvolvimento da Economia Azul sustentável.

A terminar, reiterar o compromisso de Moçambique com os objetivos deste fórum, pois, para os Estados Membros da CPLP, promover a utilização integrada do Oceanos não é uma opção, mas um imperativo para o qual, devemos estar em prontidão para sua materialização, lembrando que a CPLP terá a grandeza que os Estados Membros, de forma colectiva, construirão.

Pela atenção dispensada o meu muito obrigado, e votos de bom trabalho!